



ESTADO DE SERGIPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI N°/2023

Inclui no Calendário Oficial de Sergipe o Dia Estadual da Mulher Negra – Maria Beatriz Nascimento a ser comemorado anualmente no dia 25 de julho, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE:

Art. 1º Fica incluído, no Calendário Oficial de Sergipe, o Dia da Mulher Negra – Maria Beatriz Nascimento, que será comemorado anualmente no dia 25 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio João Alves Filho, 01 de novembro de 2023.

Linda Brasil Azevedo Santos
Deputada Estadual





ESTADO DE SERGIPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

JUSTIFICATIVA

Desde 1992, o dia 25 de julho foi internacionalmente reconhecido como sendo o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. A data foi cunhada pelo 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas que ocorreu em Santo Domingo, na República Dominicana, cuja consequência também deu nascimento à Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas.

No Brasil, a luta antirracista foi fortalecida pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) e, a partir de 02/06/2014, o dia 25 de julho foi nacionalmente reconhecido como do Dia da Mulher Negra e de Tereza da Benguela, conforme a Lei 12.987/2014.

Tereza de Benguela foi uma líder quilombola que viveu durante o século 18. Após a morte de seu companheiro (por volta de 1750), Tereza tornou-se rainha do quilombo em que vivia, que existiu de 1730 a 1795, sendo que sua liderança vigorou até 1770, quando da sua morte em combate, liderando a comunidade negra e indígena contra a escravidão por mais de dez anos.

Assim como Tereza, outras mulheres foram e são importantes para a nossa história.

Maria Beatriz Nascimento, mulher, negra, sergipana, mãe, historiadora, roteirista, poeta, ativista, foi impulsionadora de debates no movimento negro e contribuiu de forma singular para o pensamento social brasileiro.

Nascida a 12/07/1942, oitava filha do casal Rubina Pereira do Nascimento e Francisco Xavier do Nascimento, teve nove irmãos. Como milhares de famílias nordestinas, a família Nascimento migrou, em 1949, para a região Sudeste, mais precisamente para o Rio de Janeiro.





ESTADO DE SERGIPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em 1969, aos 28 anos, Beatriz Nascimento passou no vestibular para História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concluiu o curso em 1971. Tornou-se influente nos estudos das relações raciais no Brasil após sua notoriedade em organizações acadêmicas do movimento negro. Suas obras mais notórias são o documentário *Ori* (1989) e artigos sobre o conceito de quilombo na História, raça, racismo e sexismo.

No decorrer da sua caminhada, Beatriz fez algumas viagens internacionais. Foi a Angola (para trabalho de campo sobre quilombos históricos, a partir de Luanda) e ao Senegal (no Festival Pan-Africano de Arte e Cultura), Martinica e Alemanha. De acordo com um artigo da também historiadora Raquel Barreto, ela provavelmente foi a primeira militante do movimento negro a receber um convite para visitar um país africano em uma época que o trânsito internacional de militantes e intelectuais negros não era frequente em função da Ditadura Militar (1964-1985), que criava uma série de empecilhos para realização desse tipo de viagem.

Para o antropólogo Alex Ratts, biógrafo de Beatriz, seu nome evoca o de outras/os intelectuais ativistas: os que a antecedem, mas também contemporâneos como Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Eduardo de Oliveira, Lélia Gonzalez, Helena Theodoro, Zezé Motta e Conceição Evaristo. “Uma intelectualidade negra ativista e artista que precisa ser mais conhecida e mais lida”, aponta Ratts.

Em *Uma história feita por mãos negras*, livro recém-lançado pela Editora Zahar, o antropólogo organizou 24 textos escritos por Beatriz entre 1974 e 1994. “A relevância de trazer mais uma vez parte da obra de Beatriz Nascimento é para conhecer seus estudos e seu pensamento acerca das relações raciais no país, da articulação entre raça/sexo/gênero, classe e espaço (que antecede a ideia de interseccionalidade), das questões da mulher negra (trabalho, afeto), da diáspora africana para as Américas, da corporeidade e dos territórios negros e também da imagem”, diz o antropólogo. A ativista teve apenas um livro publicado em vida, *Negro e cultura no Brasil*, em parceria com Helena Theodoro e José Jorge Siqueira.





ESTADO DE SERGIPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Segundo Lélia Gonzalez, Beatriz foi responsável pelo renascimento do movimento negro no Rio de Janeiro nos anos 1970. A ativista esteve à frente da criação do Grupo de Trabalho André Rebouças (possivelmente o primeiro coletivo negro estudantil do país), na Universidade Federal Fluminense (UFF), e participou como conferencista na célebre Quinzena do Negro, em 1977, na USP.

Em 1995, Maria Beatriz cursava mestrado em Comunicação Social, pela UFRJ e tinha aconselhado uma amiga a largar o companheiro, Antônio Jorge Amorim Viana, após várias reclamações de violência doméstica. Ele deu cinco tiros em Maria Beatriz, por entender que ela interferia em sua vida privada.

Assim, por Maria Beatriz Nascimento representar em Sergipe a luta da mulher negra latino-americana e caribenha, na tradição de Tereza de Benguela e de todas as mulheres negras do país, e com o objetivo de homenagear, mas também de ampliar as discussões, os espaços de debates e formulação de políticas públicas da luta antirracista, feminista e da Cultura e Educação Negra, é que se propõe a criação da presente data.

Palácio João Alves Filho, 01 de novembro de 2023.

Linda Brasil Azevedo Santos
Deputada Estadual



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade> utilizando o identificador 390035003300340035003A005000

Assinado eletronicamente por **Linda Brasil** em **06/11/2023 11:55**

Checksum: **E00014E5C90C4D559B67B8BD3663836E4E396D9FFB124D2D6EFFF5B73424CADF**

